



Assembleia Municipal de Ribeira Brava




Ata Nº 16/2016

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezasseis

-----Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Horácio Ramos Ferreira, estando presentes Teresa Maria da Côrte Gonçalves como primeira secretária e Catarina Jesus Silva Almeida, como segunda secretária.-----

-----Estiveram presentes os seguintes deputados municipais: pelo Partido Social-Democrata: José Armindo Pereira Pestana, José Jorge Fernandes Ornelas, Jeannete Ferreira Santos, Carlos Ramos Andrade, Luís Gaudêncio Fernandes e José Gilberto Abreu Andrade; Pelo Partido Socialista: João Abreu Gomes, Fábio Nelson Faria Santos, Graça Maria Fernandes Freitas e Libardo Juan Sousa Pereira; Pelo CDS/PP: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Maria Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques de Freitas e Marco Nuno Correia Martins; Pelo PTP: Marco Nuno da Luz das Almas e como deputados independentes: João Luís Drumond Henriques e Domingos de Sousa Andrade.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João Batista Pereira Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Campanário); Emanuel Higino Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava); Jorge Manuel Faria Santos (Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (Presidente da Junta de Freguesia da Tabua).-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Jacinto Faria Pereira, o senhor vereador Rui Ramos Gouveia, a senhora Vereadora Maria Natália Abreu Rodrigues, o senhor Vereador Alano Aires Santos Gonçalves, o senhor Vereador Carlos José Gonçalves e o senhor Vereador Rafael João Figueira Sousa.-----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão, para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, em conformidade com o disposto na alínea c), nº2 do artigo 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ponto dois – Apresentação, discussão e votação da proposta de discussão dum Plano Estratégico para a Frente Mar do Concelho de Ribeira Brava, em conformidade com o disposto no nº 1, alínea a), do Artigo 53º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

1

Ata Nº 16 de 25 de fevereiro de 2016

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Ponto três – Proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Orçamento Participativo de Ribeira Brava – 2017”, em conformidade com o disposto no nº 1, alínea a), do Artigo 53º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O deputado independente Domingos Andrade disse que a alteração à última ata foi clara no entanto disse não entender a resposta do senhor presidente, ao questionado. -----

-----Procedeu-se à discussão da ata número quinze de trinta de dezembro de dois mil e quinze.-----

-----Colocada à votação a ata, foi aprovada por unanimidade.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia informou que recebeu correspondência diversa, e que a mesma está disponível para consulta junto dos serviços camarários, nomeadamente o relatório anual de dois mil e quinze da atividade da comissão de proteção de crianças e jovens, e informação sobre o apuramento do endividamento municipal enviada pela direção geral das autarquias locais. -----

-----Ainda no período Antes da Ordem do Dia, o deputado Gilberto Andrade do PSD apresentou o voto de pesar pelo falecimento do Primeiro Presidente do Governo Regional da Madeira, Jaime Ornelas Camacho, com o seguinte conteúdo: «Os membros do Partido Social Democrata (PSD) da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, propõem um sentido voto de pesar, pelo falecimento no passado dia vinte e três de fevereiro do Primeiro Presidente do Governo Regional da Madeira, Jaime Ornelas Camacho, que faleceu aos noventa e cinco anos. O seu desempenho na Administração Regional ao longo dos anos foi motivo de reconhecimento público, tendo sido agraciado com diversas condecorações, das quais se destaca a atribuição, pela Assembleia Legislativa da Madeira, da Medalha de Mérito e, em dois mil e um, da Grã-Cruz da ordem do Infante D. Henrique.» -----

-----Colocado à votação, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Gilberto Andrade também apresentou o voto de pesar, com o seguinte conteúdo: «Os membros do Partido Social Democrata (PSD) da Assembleia Municipal da Ribeira Brava manifestam a sua mais profunda emoção e constatação pelo falecimento no passado dia vinte e oito de janeiro de dois mil e dezasseis, do Senhor João José Figueira Abreu, com sessenta e quatro anos, funcionário exemplar da Câmara Municipal há vinte e três anos, incansável na defesa do exercício das suas funções de assistente operacional, que sempre fez com dedicação e empenho ao serviço do Município.»-----

-----Colocado à votação, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.-----

-----Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentaram a «Proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para aplicar critérios equitativos por freguesia de distribuição do orçamento de apoio aos eventos culturais-desportivos, lazer e religiosos do concelho da Ribeira



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Brava», com o seguinte conteúdo: «Mudar à Brava, Mudar a Sério. Os deputados independentes da Assembleia Municipal de Ribeira Brava, vêm propor uma recomendação à Câmara Municipal de Ribeira Brava para que estabeleça critérios EQUITATIVOS POR FREGUESIA para aplicação do orçamento destinado a EVENTOS DE NATUREZA CULTURAL, DESPORTIVA, LAZER E RELIGIOSA DO CONCELHO DE RIBEIRA BRAVA. Ao longo dos exercícios, a distribuição do investimento do orçamento do Município de Ribeira Brava nos eventos de natureza cultural, desporto, recreio e lazer e religiosa do concelho de Ribeira Brava, tem sido aleatória, sem critérios objetivos e com uma clara tendência centralizadora na vila e até mesmo na marginal da Ribeira Brava, não tratando de igual modo todo o território do concelho, todas as instituições e iniciativas independentemente do mérito, relevância e pertinência das mesmas. O ano de dois mil e dezasseis, por exemplo tem destinado no orçamento, uma diferenciação logo à partida para o evento referência do concelho, arraial de São Pedro de cinquenta e quatro mil e quinhentos euros, encontrando-se para os restantes eventos culturais e religiosos do concelho orçamentado trinta e nove mil euros, existindo ainda um remanescente para eventos desportivos de dezasseis mil, cento e vinte euros, sendo que o passado indica que a esmagadora maioria deste orçamento é novamente aplicado em iniciativas e eventos centrados na freguesia de Ribeira Brava, mais concretamente na vila e muito particularmente na frente mar. Este modo de distribuição é muito injusto, e pouco potenciador de um equilíbrio e equidade na promoção cultural do restante território, apesar de todos os cidadãos do mesmo serem contribuintes e iguais circunstâncias. A freguesia de Campanário por exemplo, mesmo na comemoração do seu quinto centenário, num programa multifacetado com mais de cinquenta eventos num ano, contou com apoios desta rubrica orçamental do ano dois mil e quinze, num montante que não atingiu os cinco mil euros, sendo que mesmo assim, as freguesias de Serra de Água e Tabua, ainda menos foram alvo de investimentos e apoios nesta área, bem como o restante da própria freguesia de Ribeira Brava, que assiste à concentração do investimento municipal no centro da vila. Outros Municípios, por exemplo os vizinhos, têm significativos eventos na sede de concelho, mas também iniciativas apoiadas significativamente nas diferentes freguesias do concelho. Neste contexto, PROPOMOS UMA RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA BRAVA PARA AINDA COM EFEITOS NO PRESENTE ANO ESTABELECEMOS CRITÉRIOS DE DESCENTRALIZAÇÃO E EQUIDADE DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA EVENTOS CULTURAIS, DESPORTIVOS, SOCIAIS E RELIGIOSOS DO CONCELHO DE RIBEIRA BRAVA, ADOPTANDO UMA DE DUAS ESTRATÉGIAS: UM – DESCENTRALIZANDO A ATRIBUIÇÃO DE PELO MENOS UM TERÇO DAS RUBRICAS ORÇAMENTAIS CITADAS E RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS DE APOIOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA SEGUNDO OS CRITÉRIOS JÁ ESTABELECIDOS NO REGULAMENTO DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO; DOIS – CRIAÇÃO DE UM REGULAMENTO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E APOIO AOS EVENTOS DE NATUREZA CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E RELIGIOSA. Qualquer das opções a seguir pela Câmara Municipal de Ribeira Brava, deverá ter em conta que não invalida



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

que o Município de Ribeira Brava continue complementarmente a apoiar logisticamente com recurso aos seus próprios meios, os eventos em causa ou outros não contemplados com apoio financeiro, bem como, a ter iniciativas próprias, mas com um grau de investimento mais limitado, incluindo neste âmbito as festividades do São Pedro. Os propósitos desta iniciativa dos deputados independentes da Assembleia Municipal de Ribeira Brava, é unificar este jovem concelho, ser equitativo no tratamento e investimento autárquico, tornar mais transparente a política e mais próxima dos cidadãos, para Mudar à Brava, Mudar a Sério.»-----

----- O deputado independente Luís Drumond disse que a proposta vem no seguimento da última reunião, quando foi abordado sobre a festa da castanha e o seu apoio por parte da câmara, disse ainda que no orçamento existe uma rubrica específica para a festa de São Pedro no valor de cinquenta e cinco mil euros, para além do apoio monetário que está afeto ao regulamento do apoio ao associativismo e que são aplicados nos diversos eventos realizados no concelho, nomeadamente os Quinhentos Anos do Campanário que contou com mais de cinquenta eventos, entre outras atividades desenvolvidas por todos o concelho, e que não é apoiado na mesma proporção que o arraial de São Pedro. O deputado Luís Drumond disse apenas haver duas hipóteses: a primeira seria aproveitar os contratos que já existem e reafectar os cinquenta e cinco mil euros ou uma parte deste valor, às juntas de freguesia, ou então como segunda hipótese, criar um regulamento sobre estes eventos onde haja critérios de distribuição mais equitativos, pretendendo-se assim que o que se realize numa determinada freguesia seja o que acontece no concelho. -----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS solicitou cópia do documento da proposta e um período de dez minutos para reflexão e discussão da mesma. -----

-----A ordem de trabalhos foi interrompida e retomada pelas quinze horas e quarenta minutos.-----

-----A deputada Adelinda Rodrigues do CDS solicitou esclarecimento aos deputados independentes sobre a criação de um regulamento para a distribuição deste valor e ainda esclarecimento ao executivo camarário sobre a pertinência da criação de um novo regulamento para a distribuição de um terço deste valor.-----

-----O deputado independente Luís Drumond disse que é apenas uma proposta de recomendação e a execução da mesma dependerá da câmara, sendo que o principal interesse é a distribuição equitativa dos valores. Disse ainda que a primeira hipótese apresentada é a mais rápida de se concretizar e a segunda opção é um processo mais demorado, e que o valor de um terço é apenas uma sugestão, que atualmente reflete-se num valor de aproximadamente vinte mil euros. Referiu ainda que os Quinhentos Anos do Campanário, a feira do Campanário e a festa da castanha foram eventos apoiados pela câmara a nível logístico e portanto não foram contemplados nesta rubrica. -----

-----O Senhor Presidente do Município disse que já existe um regulamento de atribuição de valores às juntas de



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

freguesia e que são estas que decidem como aplicar estas verbas, no passado foi atribuído o valor de cinquenta e cinco mil euros mas este ano já foi possível reafectar sessenta mil euros. Disse ainda que a festa de São Pedro gera receitas no valor de trinta mil euros face a cinquenta e cinco mil euros de custo orçamentado, que na prática o custo é de apenas vinte e cinco mil euros, trata-se de uma festa regional e não só do concelho e que as pessoas ficaram muito agradadas com a organização da festa do ano passado. Em relação à outra parte da verba, a Câmara opta por apoiar outros eventos, nomeadamente a feira do Campanário com policiamento, o Primeiro de Maio organizado pela Associação de São João, o evento da poncha na Serra de Água, a semana do concelho, a feira do petisco também foi uma boa aposta, o encontro das bandas que é apoiado por exemplo com a colocação do palco, a noite do mercado em Dezembro e a festa luso-venezuelana, são algumas das atividades apoiadas pelo executivo camarário. O Senhor Presidente referiu que uma das preocupações da sua candidatura é o comércio na vila e estas atividades ajudam na sua dinamização e que o apoio da câmara tem existido sempre, quer a nível logístico quer seja a outros níveis. -----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS reformulou a questão em relação à rubrica dos cinquenta e cinco mil euros do São Pedro, se está incluído apenas o São Pedro ou se engloba também todos os eventos.-----

-----O Senhor Presidente do Município disse que o orçamento tem rubricas e no plano de atividades consta as principais ações da Câmara que não são inventariáveis, nomeadamente eventos religiosos, culturais, e desportivos no concelho. No orçamento foi destacado cinquenta e cinco mil euros de despesa para o São Pedro, mas existem também outras rubricas para despesas noutros eventos.-----

-----O deputado independente Luís Drumond referiu que no orçamento existem três rubricas: uma para o São Pedro no valor de cinquenta e quatro mil e quinhentos euros, que não se pretende que este valor seja distribuído; e mais outras duas rubricas denominadas eventos culturais e eventos desportivos e são estas duas rubricas que se propõe distribuir; disse também que o que o senhor Presidente acabou de referir é que os eventos estão concentrados na Ribeira Brava. Aquilo que se propõe é dividir o remanescente e não o valor total, e dividir pelas freguesias, de forma a valorizar as atividades e os agentes dinamizadores destes. -----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que tem tanto valor o que é apoiado monetariamente como o da logística e que dar verbas às juntas de freguesia, ao qual já é isentado taxas, irá se traduzir num trabalho acrescido para estas. Os diversos eventos têm diferentes dimensões e muitas vezes as juntas de freguesias sozinhas, não conseguem por si só dar respostas aos mesmos, sendo necessário recorrer ao apoio da câmara.--

-----O deputado Marco Almas do PTP disse que um terço sobre os cinquenta e cinco mil euros, para distribuir pelas juntas de freguesia correspondem a aproximadamente vinte mil euros, que por sua vez dividida pelas quatro freguesias do concelho o valor de apoio monetário seria de cinco mil euros. Mediante tal, questionou



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

sobre se esta proposta implica rever novamente o orçamento e sugeriu ainda a descentralização destes eventos pelas diversas freguesias do concelho, caso seja possível. -----

-----O Senhor Presidente do Município informou que a revisão do orçamento tem de ser aprovada em Assembleia Municipal caso se altere as rubricas e após isso são distribuídos pelas juntas em função dos parâmetros já definidos pela lei. Disse ainda que, conforme a lei setenta e cinco, e no âmbito das competências das juntas de freguesias, nenhuma junta de freguesia dispõe de pessoal suficiente para realizar este tipo de eventos.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou sobre se o valor a ser distribuído pelas freguesias será igual para cada junta ou se irá cumprir com critérios de distribuição em função do número de habitantes e área territorial na proporção de dois por um. -----

-----O Senhor Presidente do Município respondeu que é necessário ter sempre em conta os critérios definidos pela lei setenta e cinco, tendo em conta o número de habitantes e a área territorial.-----

----- O Deputado João Abreu do PS solicitou esclarecimentos diversos: sobre o valor de vinte mil euros a distribuir pelas quatro juntas de freguesia, se não seria mais lógico que a câmara gerisse esse valor conforme as necessidades; no caso de este valor ser ultrapassado, a quem teriam de recorrer para pedir apoio; caso não seja utilizado o valor de vinte mil euros, o que aconteceria; e ainda questionou qual o custo em média do policiamento. -----

-----O deputado independente Luís Drumond esclareceu que é uma proposta de recomendação para a distribuição mais equitativa e não se aplica ao valor total, num valor total de cento e dez mil euros para todos os eventos do concelho, apenas propomos um valor de vinte mil euros, o restante montante será decidido pela câmara municipal. -----

-----O deputado Armindo Pestana do PSD disse que se até ao momento a aplicação das verbas funcionou sem problemas, o melhor será manter o mesmo método.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD perguntou ao senhor Presidente do Município sobre o que se tem ouvido sobre a aceitação das propostas de recomendação realizadas na Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor Presidente do Município disse que uma das competências da Assembleia Municipal é fazer recomendações à câmara e quando estas são aprovadas, a câmara tenta executá-las mediante as suas possibilidades.-----

-----O deputado independente Domingos Andrade disse que a «Ribeira Brava sempre e não vila sempre» e que não há votos que valem cem e outros que valem dez. Os votantes de cada lugar votam de igual forma.-----

-----Colocada à votação, a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para aplicar critérios



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

equitativos por freguesia de distribuição do orçamento de apoio aos eventos culturais-desportivos, lazer e religiosos do concelho da Ribeira Brava, foi rejeitada com dezassete votos contra do PSD e do PS e seis abstenções do CDS/PP e do PTP.-----

----O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que votou contra porque a câmara já atribuiu verbas para apoiar qualquer junta de freguesia conforme as necessidades e que se não está a ser feito de forma equitativa, então cada freguesia tem de planear mais atividades.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS, em declaração de voto, justificou o seu voto na abstenção por considerar que é interessante a distribuição equitativa, todavia com a experiência de junta que possui, reconhece que muitas vezes não há pessoal suficiente para desenvolver algumas atividades e por este motivo por vezes estas são atribuídas diretamente às associações. Disse ainda que o propósito é interessante e que quem necessita de verbas para planear atividades deve sempre pedir. -----

-----O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que votou na abstenção, considerando que deve haver da parte dos proponentes mais solicitações de apoio e cabe à câmara municipal distribuir da melhor forma estas verbas, pelas quatro freguesias do concelho. -----

-----Ainda no período antes da ordem do dia, o deputado independente Luís Drumond relatou um episódio de maior relevância relativamente à urgência na aprovação do PDM realizada na sessão extraordinária da assembleia do dia vinte de agosto de dois mil e quinze, tendo passado já seis meses, chegou à conclusão que apenas deram entrada seis projetos, nomeadamente dois armazéns agrícolas e quatro comerciais e que curiosamente o projeto da ACIN Gov não constava dos mesmos. O deputado Luís Drumond disse que este projeto afinal estava dependente do PRIM aprovado por esta assembleia a dez de dezembro de dois mil e quinze, da iniciativa da câmara municipal, e que ainda não foi aprovado o projeto, encontrando-se ainda a recolher pareceres, apesar de a vinte e um de março já estar agendada a sua inauguração. Questionou de «quem era a força de bloqueio; quais eram os superiores interesses do Concelho; porque é que não havia tempo para aperfeiçoar, tempo ou vontade.» Finalizando, disse ainda que «este foi realmente um caso “político” criado de fora para dentro com a conivência dos partidos representados na câmara municipal, retratem-se e demarquem-se dos jogos de interesses e influências se forem corretos e coerentes, pela nossa parte continuaremos coerentemente a lutar pelo melhor para o concelho!» -----

-----O Senhor Presidente do Município, em defesa de honra, disse que o PRIM foi depois da aprovação do PDM, estando trinta dias à discussão e atualmente o projeto já foi aprovado. Disse ainda que o projeto do PDM é uma necessidade para a Ribeira Brava e não só da ACIN, e que agradou não só a pequenos como a grandes.-----

-----O deputado independente Luís Drumond disse não entender qual o motivo para a defesa de honra.-----

---- O deputado Marco Almas do PTP, interveio dizendo o seguinte: «Boa tarde Ex. Sr. Presidente da Assembleia



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados a todos os demais presentes. Num manifesto do PSD para as legislativas em Outubro de dois mil e onze, o então candidato a Presidente do Governo apresentava no seu manifesto cerca de duzentas e catorze inaugurações, uma por semana em quatro anos, mais coisa menos coisa, uma das quais, “Iluminação e Vedação do Campo Municipal”, pág. onze do manifesto. Visto que isto foi feito, não tenho a certeza, visto que a localização da nova escola fica no mesmo sítio, cujo cartaz de projeto deverá ser apresentado em meados de Setembro de dois mil e dezassete presumo eu, aqui dito várias vezes que o Campo ou era para a escola ou para a prática de futebol, deixaram esta caixa à minha porta e eu todo destemido nem chamei a equipa de minas e explosivos, qual a minha surpresa, uma amostra de relva sintética, suponho que homologada para a competição, ofereço ao Sr. Presidente e como sabemos que o Sr. Presidente com a sua equipa competente e capaz dará o melhor seguimento. Aproveito já agora sem querer usurpar funções de ninguém ligado ao Clube Desportivo Ribeira Brava, informo que próximo dia doze de março se realizará uma concentração de futebol “A trapalhança”, é para crianças dos seis aos nove anos, fazia votos que se convidasse o Sr. Presidente do Governo, O Sr. Secretário, o Sr. Presidente para verem as condições do campo! A pergunta não de um milhão de euros senão já era projeto PRIM, quando é que se iniciam as verdadeiras obras no Campo Municipal?» -----

----**Ponto Um** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, em conformidade com o disposto na alínea c), número dois do artigo vinte e cinco da Lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Nascimento, referiu que a atividade do município tem abrangido várias áreas, sendo de realçar a limpeza e manutenção de caminhos e jardins; execução de projeto de candidatura ao PRODRAM; execução do projeto de requalificação da antiga escola do Bom Despacho; aquisição de quinhentas toneladas de betão betuminoso, mediante um procedimento de concurso público; aquisição de sessenta m3 de betão para pequenas obras; conclusão do procedimento de aquisição de postos luminárias, colocando lâmpadas LED, com o objetivo de redução energética; levantamento e encaminhamento ao Senhor Secretário do turismo com vista à candidatura ao programa Madeira 14/20, de alguns caminhos, escolas e espaços de interesse turístico; adjudicação de concurso para recuperação de dois parques infantis; realização de uma ligação na frente mar da Ribeira Brava, com melhoria nos estacionamento e recuperação do cais; candidatura para abrir a plataforma para o associativismo a partir do dia um de Março; efetivação de pequenas obras de recuperação e melhoramentos de espaços nas escolas do primeiro ciclo da Ribeira Brava e Campanário; transferência da primeira prestação da bolsa aos alunos do ensino superior universitário. O Presidente da Câmara dirigiu uma palavra de agradecimento e apreço a todos os que participaram no cortejo de carnaval; informa também da decisão do governo regional sobre a localização da nova escola secundária da



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Ribeira Brava que será construída no mesmo local. Em relação à situação financeira do município o Senhor Presidente disse que a trinta e um de Dezembro a dívida da câmara municipal era de cerca de sete virgula seis milhões, pelo que deixa de ser uma câmara super endividada; também pela primeira vez acabamos o ano civil sem atrasos superiores a noventa dias referente ao pagamento aos fornecedores.-----

----A deputada Adelina Rodrigues do CDS, questionou o executivo camarário sobre os seguintes assuntos: o número de piquete de avarias da ARM não funciona, o que foi feito; em relação às cauções da água, tendo em conta a lei de mil novecentos noventa e nove, não era possível cobrar mais cauções para os fornecimentos de água, e esta mesma lei diz que todas as cauções cobradas antes desta data deveriam ser ressarcidas aos pagantes e que a câmara municipal deveria fazer uma publicação no seu site com as pessoas que se encontram nesta situação; questionou ainda se a câmara cobrou estas cauções uma vez que a ARM nem os funcionários da câmara estão informados sobre esta situação; e em relação às bolsas de estudo em que os alunos têm de realizar um trabalho ou prestar um serviço à autarquia, o que é que tem sido feito pelos alunos.-----

----O Senhor Presidente do Município respondeu que em relação à primeira questão, alertou a ARM e foi dito que iram analisar essa situação e que atualmente já está a funcionar e em relação às questões seguintes irá delegar nos vereadores competentes nessas áreas.-----

----Tomou a palavra o Senhor Vereador Marcelino Pereira, que respondeu à segunda questão dizendo que a câmara tem recebido muitas reclamações sobre este tema mas que a câmara não tem nenhum caso em específico, pelo que não poderá responder sobre o mesmo nem publicar nenhuma listagem. Caso houvesse algum caso, a câmara teria que responder e devolver o dinheiro pago, e que todas as reclamações foram respondidas por parte dos serviços camarários. -----

----Tomou a palavra a Senhora Vereadora Natália Rodrigues, dizendo que conforme o regulamento das bolsas de estudo, os alunos que estavam contemplados com a bolsa, fizeram e cumpriram com as trinta e cinco horas estipuladas, seja na câmara, nas juntas de freguesia e casas do povo bem como em associações e inclusive os alunos para além das horas necessárias, propuseram-se a fazer mais horas. -----

----O deputado João Abreu do PS questionou a autarquia sobre os seguintes assuntos: em relação as trocas de lâmpadas, que já tem vindo a ocorrer na vila e onde se demonstra que há uma maior luminosidade, questionou se esta troca de lâmpadas irá se estender a todo o concelho; em relação às obras da rua Comandante Camacho de Freitas qual é o ponto da situação e que deveriam ter atenção que esta rua vai até à Vera Cruz, e não só à frente do Pingo Doce, sendo uma prioridade a reparação desta estrada municipal, bem como de outras do concelho; e finalmente em relação às lombas que foram feitas na ribeira brava, muitos automobilistas têm-se



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

queixado da altura das mesmas e que era importante colocar uma lomba em frente ao centro de saúde do Campanário, face à velocidade dos automóveis que por ali passam.-----

-----O Senhor Presidente do Município respondeu dizendo que em relação às luminárias, a câmara teve como prioridade substituir as luminárias com maior custo por LEDS, e essa zona era a que se estendia até à Ponte Vermelha, e que houve também a atenção de alterar as luminárias da Frente Mar de forma a ter uma maior luminosidade. Em relação às obras, a câmara só pode intervir nas estradas municipais e a Rua Comandante Camacho Freitas não é uma estrada municipal, trata-se de uma estrada regional que é da competência da direção de estradas, no entanto sempre que é possível a Câmara tem alertado a quem de direito. Em relação às lombas, foi uma opção da câmara em termos de mobilidade, colocar da mesma altura do passeio, permitindo assim fazer de zona de passadeira e reduzir a velocidade. -----

-----O deputado Luís Pestana do CDS, questionou o Senhor Presidente da Câmara, na sequência da situação da Rua Comandante Camacho de Freitas pertencer ao Governo, sobre qual a possibilidade de estas estradas, mas em boas condições, fazerem parte do Município e se considera pertinente expor a situação à Associação de Municípios. -----

-----O Senhor Presidente do Município disse que a estrada em questão é uma lacuna no concelho e que continua a alertar o Governo Regional sobre a situação da mesma. -----

-----O deputado Luís Pestana do CDS reformulou o pedido de esclarecimento dizendo que estas estradas requerem um projeto, de forma a ter em conta o estacionamento, jardinagem, lombas e verbas. Disse que se trata apenas de uma recomendação face à postura do Governo Regional e que a Câmara deverá ter essa sensibilização. -----

-----O Senhor Presidente do Município disse que o Governo não tem verbas para a manutenção da estrada nem tem verbas para a transferência desta, dando o exemplo da zona da Encumeada, que é uma zona turística, em que os jardins estavam em péssimo estado e a Câmara propôs que o Governo arranjasse os jardins e a Câmara responsabilizava-se pela rega e manutenção do mesmo. Salientou que tem havido colaboração entre a Direção de Estradas e a Câmara, que atualmente também tem falta de pessoal, e tem feito mediante as suas possibilidades.-----

----- O deputado independente Luís Drumond felicitou o esforço financeiro do executivo camarário e efetuou os seguintes pedidos de esclarecimentos: recomendou à Câmara Municipal que diligencie para rapidamente (interrupção da Páscoa) eliminar das escolas do concelho paredes crespas como acontece com a Escola Básica do 1º Ciclo de Campanário, o qual tem provocado vários acidentes; questionou qual a posição da câmara municipal de acautelar o interesse do Município, ao colocar num contrato de prestação de serviços de



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

iluminação de natal e São Pedro, uma penalização de um por mil por cada dia de incumprimento (clausula 17ª, nº 1), para um procedimento de ajuste direto de vinte mil e um euro, ou seja uma penalidade de vinte euros por dia multiplicados por trezentos e sessenta seis dias, totaliza um valor ao ano de sete mil trezentos e vinte euros. É ridículo, não acautela o interesse do Município e traduz o “crime compensa”; «porque a câmara municipal decidiu propor o procedimento administrativo de recuperação do IVA a uma assessoria privada concedendo uma comissão de vinte e cinco por cento no montante de setenta e quatro mil euros que tanta falta faz a variadas intervenções.». Disse ainda que «chegou-nos a reclamação de funcionários da câmara, sobre problemas de conflitualidade interna, desautorização de vereadores e alguma prepotência de liderança, o que prejudica a eficiência e eficácia da ação municipal e fragiliza o ambiente e o funcionamento da própria Câmara Municipal. Existe fundamento, houve algum desenvolvimento, pois havia alguma dificuldade em serem ouvidos os pretensos lesados.» E finalmente «qual a posição da câmara e do presidente da câmara sobre a localização da nova escola (EBSPMA), após a confirmação do GR na sessão de vinte e três de Fevereiro confirmando a notícia do DN de sete de Fevereiro» e por último sobre o Calhau da Lapa, a «recuperação para quando, porque não integrada na lei de meios, pois esta foi consequência do vinte de Fevereiro, a intervenção no Calhau da Lapa».-

-----O Senhor Presidente do Município disse que vai haver intervenção das paredes da escola em questão em simultâneo com o arranjo do parque infantil; em relação ao cumprimento dos prazos do contrato de iluminação para o São Pedro e para o Natal, houve uma falha nos prazos de execução do mesmo, havendo duas hipóteses: ou rescindir o contrato ou aplicar as cláusulas de incumprimento, que são de valor baixo, no entanto a câmara irá dar mais atenção e rever estas cláusulas; em relação à recuperação do IVA, existe uma empresa que está a analisar esta situação embora não haja muitas despesas com serviços pagos por parte dos munícipes que permitam recuperar IVA do ano dois mil a treze a dois mil e dezassete; em relação às reclamações dos funcionários, foi necessário reformular os serviços e as hierarquias da câmara e dar nova dinâmica às mesmas, de forma obter mais eficiência por parte dos serviços, e que sobre «brigas entre comadres» não se vai pronunciar em mais detalhe, já tendo falado diretamente com as pessoas em questão. Relativamente à localização da escola, disse que o Senhor Secretário Sérgio Marques questionou os prós e contras sobre esta localização e que face às ameaças dos proprietários dos terrenos para expropriar, bem como era necessário assegurar a situação do Clube Desportivo da Ribeira Brava, optaram por manter a escola no mesmo lugar, a Câmara concordou com esta decisão e o Governo já deu início à candidatura aos fundos comunitários para que a obra se inicie o mais brevemente possível. -----

-----O deputado independente Domingos Andrade solicitou diversos esclarecimentos sobre: no dia dezoito de janeiro enviou um e-mail para o senhor Presidente para alertar para a construção de muros em cima da faixa de rodagem que não estava em condições e que várias pessoas já tinham alertado para essa situação; foi efetuado



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

a intervenção do ribeiro com a plantação de flores na parte de baixo, questionou se a plantação de flores irá continuar; qual o ponto de situação sobre o requerimento entregue por si para desvio das águas no Lugar da Serra; disse ainda que tomou conhecimento que a câmara adquiriu quinhentas toneladas de betão luminoso, questionou se o caminho da Mulata irá ter alguma intervenção dado que tem vários buracos e a estrada é demasiado estreita para uma estrada com dois sentidos; na reunião de câmara de doze de dezembro de dois mil e quinze, o Senhor vice presidente Marcelino Pereira foi interpelado pelo senhor vereador Carlos Goncalves se existe algum vazadouro licenciado no Campanário, a resposta foi de que sim, que é propriedade do senhor Gilberto, perguntou onde fica, se o mesmo é divulgado, se tem alvará fixado e quando é que termina a licença; com o atual PDM, qual a classificação da atual zona do licenciamento do aterro, e por fim, em relação à escola do lugar da serra, quais são as intenções em relação a mesma no próximo ano e se terá tido em conta o que a população quer. -----

----O Senhor Vice Presidente do Município, Marcelino Pereira, disse que a correção do muro foi feita antes de ontem e por este motivo não veio na informação escrita acerca da atividade do município; em relação ao vazadouro, o mesmo tem autorização da direção das florestas e tem existido reclamações das pessoas quando passam os carros, as florestas tem apreendido diversos carros, inclusive viaturas da câmara; em relação ao desvio das águas está sequência de ordem de trabalhos da câmara; relativamente ao caminho da Mulata, a câmara está a definir quais os buracos com maior necessidade de intervenção no concelho, tendo sempre em conta a segurança de todos. -----

----O Senhor Presidente do Município, Ricardo Nascimento, disse que a nível do PDM, irá verificar e depois comunicará na próxima reunião; em relação à escola do Lugar da Serra, a câmara considera que não deve fechar mas será sempre uma situação repensada anualmente, uma vez que se trata de uma escola com poucos alunos e possivelmente será repensado a deslocação dos mesmos face aos encargos que isso acarreta caso a escola se mantenha, e que é necessário aguardar o fim do ano letivo para sabermos o que acontecerá. -----

----O deputado Marco Almas do PTP solicitou os seguintes esclarecimentos sobre: se haverá apresentação e discussão pública sobre o projeto para a praça do Bom Despacho; se a renovação dos parques infantis será este ano; qual foi a penalização dada à empresa que efetuou a iluminação de natal pelo atraso; se a Câmara irá apoiar na recuperação da casa que foi alvo de incêndio no Campanário; relativamente ao Campo Municipal, «não lhe peço para garantir, mas peço-lhe que nos diga se o campo será uma realidade para a próxima época»; sobre a escola do Lugar da Serra, sugeriu que se fosse possível realizar um debate com os prós e contras sobre o seu encerramento ou não entre todas as entidades interessadas; e por último se a Câmara Municipal tem algum espaço para acolher estas situações (sobre o alojamento)».-----

----O Senhor Presidente do Município disse que na praça do Bom Despacho será construído uma praça, um



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

passoio, um pequeno combinado de parque infantil, um palco, e alguns estacionamento; em relação à empresa de iluminação foi aplicado o que estava no contrato; e em relação ao campo de futebol a Câmara está a analisar, sabendo que se trata de uma situação urgente. -----

---- Por indicação do Senhor Presidente do Município, tomou a palavra a senhora Vereadora Natália Rodrigues que disse que o PRID significa Programa de Recuperação de Imóveis Degradados e serve para melhorar as condições das habitações, e em função dos rendimentos de cada agregado é efetuado um empréstimo para este fim; em relação à casa do Campanário, a situação de internamento num lar está a ser analisada pela Segurança Social, uma vez que a senhora é doente e não tem família. -----

----O Senhor Presidente do Município disse que antes do início do ano letivo, a câmara foi à escola do Lugar da Serra juntamente com o delegado escolar e os pais para refletir e saber a opinião dos mesmos sobre o futuro da escola, e que a câmara tem sempre demonstrado abertura para os ouvir.-----

----O deputado Marco Almas do PTP reformulou a questão sobre se a câmara tem espaços para alojar estas famílias nestas situações. -----

----A Senhora Vereadora Natália Rodrigues disse que a Câmara não tem espaços e é a Segurança Social quem se encarrega destas situações.-----

----O deputado Fábio Santos do PS, questionou sobre se as obras efetuadas este ano, nomeadamente o adro da igreja e a estada da Fajã das Éguas, tem garantia de obras e se já foi feita alguma coisa para a sua manutenção; quais os procedimentos que a câmara toma para cederem os espaços públicos, no caso concreto da roulotte. --

----O Senhor Presidente do Município disse que as obras tem sempre garantia e a empresa que construiu o adro já foi notificada.-----

----Por indicação do Senhor Presidente do Município, tomou a palavra o Senhor Vereador Rui Gouveia, que disse que a Câmara tem vindo a licenciar os espaços públicos apenas nos eventos. No caso em específico da roulotte no Miradouro, trata-se de uma licença provisória até final deste mês, tendo já sido solicitada a sua renovação por parte dos proprietários.-----

----O deputado Fábio Santos do PS disse que não concorda e que não é nada contra a pessoa mas à forma como foi feita esta cedência de espaço.-----

----O Senhor Vereador Rui Gouveia disse que está prevista uma taxa de ocupação pública à qual a proprietária da roulotte está a pagar. Se eventualmente houver mais propostas de roulottes então será repensado, esta situação trata-se de uma situação provisória.-----

----O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que a Assembleia Municipal pronunciou-se sobre a melhor localização da escola e que a decisão do Governo não vai de encontro à posição da Assembleia Municipal. Perante isto, lançou o repto para a utilização de um referendo local para que seja o povo da Ribeira



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Brava a decidir qual a melhor localização para a escola, e solicitou aos grupos partidários para no final da reunião se pronunciarem sobre a sua postura face a este tema. -----

----O deputado Libardo Pereira do PS questionou para quando a intervenção no parque infantil da Ribeira Brava.-----

----O Senhor Presidente do Município respondeu que o concurso já foi adjudicado.-----

----O deputado Libardo Pereira do PS reformou a questão sobre se as condições do parque serão as mesmas.--

----O Senhor Presidente do Município disse que irá haver alguns novos elementos para o parque infantil.-----

----O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que é necessário valorizar as pessoas que querem trabalhar e que comprometem-se a fazer a manutenção do espaço, como é o caso da Senhora Gracinda da roulotte e existem críticas que por vezes parecem se traduzir em interesses.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS, em defesa de honra, disse que não tem nada contra a senhora, o que não concorda é com a forma como foi feita e que houve pessoas que se interessaram em colocar comércio no mesmo espaço e a Câmara não autorizou.-----

----O deputado Ilídio Almada do CDS disse que, enquanto líder, a sua posição foi sempre a construção da escola no campo de futebol e que foi sempre o PSD a defender e principalmente o deputado Luís Drumond quando era membro do PSD. Manifestou o seu apoio a nível pessoal mas ressaltou que será um longo caminho, disse ainda que não vê inconveniente na localização da roulotte no Miradouro e sensibilizou a Câmara para a renovação do seu licenciamento.-----

----O deputado independente Luís Drumond questionou o deputado Ilídio Almada do CDS sobre se alguma vez viu alguma divergência sobre aquilo que sempre defendeu sobre a localização da escola.-----

----O deputado Ilídio Almada do CDS respondeu dizendo que nunca disse que o deputado Luís Drumond queria a escola no atual espaço. -----

---- **Ponto dois** – Apresentação, discussão e votação da proposta de discussão dum Plano Estratégico para a Frente Mar do Concelho de Ribeira Brava, em conformidade com o disposto no número um, alínea a), do Artigo cinquenta e três da Lei setenta e cinco de dois mil e de treze, de doze de setembro.-----

----O Deputado independente Luís Drumond, apresentou a proposta, referindo que esta proposta que os deputados independentes trazem a esta assembleia é uma proposta de discussão pública de um plano estratégico para a Frente Mar de Ribeira Brava, tendo este documento já preparado, daí foi fácil avançar com a proposta logo no dia a seguir ao repto do governo regional na comunicação social, dizendo que ia haver uma intervenção na Frente Mar da Vila da Ribeira Brava, nomeadamente à saída da ribeira e extensível até ao cais. Por outro lado, perante a informação da ata nº 2 onde o Sr. Presidente diz ter visto um “esboço” genérico da intervenção na frente mar da Ribeira Brava. Refere ainda que, só serão acauteladas algumas intervenções



Assembleia Municipal de Ribeira Brava


P. Almeida

centradas na frente da vila, e a restante frente do concelho, nomeadamente o Calhau da Lapa, pois o enquadramento é a Lei de meios decorrentes do vinte de fevereiro, e parte dos danos causados naquele local foram motivados por esse fenómeno climatérico. O Deputado Luís Drumond questiona sobre, qual a opinião, contributo e liderança da Ribeira Brava para mais uma intervenção tão relevante na vila, para mais com a missão de “corrigir” erros passados? Refere ainda que falta neste concelho, nesta e noutras áreas uma Estratégia e a abertura à população para participar nas decisões relevantes deste concelho. Conclui propondo uma base de discussão, recomendando à Câmara Municipal que promova no curto espaço de tempo (intervenção prevista para o primeiro trimestre) um debate público sobre uma estratégia para toda a frente mar do concelho, não só da vila. O teor da proposta é explícito, nas ações, propósitos, competências, sugestões de maximização de recursos e oportunidades estratégicas, mas acima de tudo centrando as intervenções numa estratégia concertada e na liderança da Câmara Municipal da Ribeira Brava. -----

----O Deputado Gilberto Andrade do PSD interveio dizendo que o PSD considera que a proposta tem coisas muito positivas e outras sem lógica, por exemplo, propõe uma praia em frente ao farol e um ancoradouro para barcos e motas de água, quando a legislação diz que numa zona balnear não podem estar barcos. O governo regional não sabe quando poderá fazer intervenções, pelo que é pouco pertinente estar a discutir esta proposta. Disse ainda que ao entrar neste tipo de discussões pode resultar no atraso ou não da execução das obras como aconteceu na obra da estrada da vigia que acabou por ser retirada do orçamento. -----

----Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente do Município teve de se ausentar, delegando responsabilidades no Senhor Vice Presidente Marcelino Pereira.-----

----O Deputado Luís Drumond pediu a palavra para esclarecimentos, na sequência da intervenção do deputado Gilberto Andrade, disse que a Assembleia Municipal é um órgão legislativo à dimensão local, é um órgão de sugestões e fiscalização, sem capacidade de execução e por isso as propostas trazidas à discussão são propostas de recomendação de visão estratégica. Refere ainda que quem tem confiança nas suas propostas não tem problemas em debatê-las e pergunta se “o Sr. Deputado quer assumir a posição de agachado e que os outros decidam tudo pela Ribeira Brava ou quer discutir com os cidadãos o futuro da nossa Ribeira Brava?”. -----

----O deputado Gilberto Andrade respondeu que “não está em causa o fraco ou o agachado, está em causa sermos realistas sérios e concretos com as coisas que devem ser feitas e não proporem coisas só para as pessoas verem e dizerem que apresentaram e não serem totalmente viáveis”.-----

----O deputado Luís Drumond na reformulação do pedido de esclarecimento, disse em relação ao avanço da Frente Mar da Ribeira Brava que é necessário estar atento às notícias do aquecimento global pois é arriscado fazer avanços para o mar.-----

----A Deputada Adelina Rodrigues interveio referindo que considera extremamente gravoso que o deputado



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

municipal Gilberto Andrade do PSD tenha dito que a estrada da Vigia foi retirada do orçamento por culpa desta assembleia.-----

-----Colocada à votação, a proposta foi rejeitada com doze votos contra do PSD e nove abstenções do PS, CDS/PP e PTP.-----

-----O deputado Telmo Freitas do CDS e o deputado João Abreu do PS, não votaram, por não se encontrarem presentes na sala.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou a sua abstenção dizendo: «estou de acordo com que haja uma discussão pública séria e responsável, temos alguns casos na nossa costa que por não se ter ouvido ou feito uma discussão as obras deram para o torto. Exemplos da marina do Lugar de baixo, o cais número oito no Funchal que até não é comercializado, para lá atracar é a custo zero mas da responsabilidade dos utentes. É verdade e concordo que é necessário um plano para o nosso Concelho, o Calhau da lapa, frente mar Ribeira Brava, foram afetados pelo vinte de fevereiro, há que potenciar todos os recursos da natureza. Acho que o nosso Concelho tem todas as condições para potenciar estas zonas para o turismo. É verdade que até no facebook já surgiram outros tipos de propostas, com pistas de karting. Este tipo de proposta de recomendação é do tipo preso por ter cão e preso por não ter, se recomenda sem projeto é que não é completa, se tem projeto poderá não ser exequível, sendo assim fica-se pela abstenção.»-----

-----O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que o sentido de voto de CDS para a abstenção tem em conta que o projeto de discussão está bom e tem de ser feito, no entanto é necessário olhar para a realidade do concelho, que de momento não permite pensar neste tipo de obras, existindo outras prioridades que devem ser consideradas, como por exemplo existem ainda pessoas sem habitações.-----

-----**Ponto três** – Proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Orçamento Participativo de Ribeira Brava – 2017”, em conformidade com o disposto no número um, alínea a), do Artigo cinquenta e três da Lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----O deputado Marco Martins do CDS disse que foi um compromisso assumindo pelo próprio, tendo em conta a sua votação na última assembleia, considerou não ser a melhor altura para implementar esta proposta, uma vez que estava em discussão o orçamento para o ano de dois mil e dezasseis e não havia nada em concreto para a discussão. Acrescentou que a proposta não é nova e que esta medida está a ser aplicada na maior câmara municipal da Região, a do Funchal, tendo sido aprovada por unanimidade neste mesmo município e onde a população já teve decisão sobre diversos temas. A proposta apresentada é para ser aplicada ao orçamento de dois mil e dezassete, existindo tempo para analisar e melhorar o regulamento e adaptar ao próximo orçamento da Câmara. O fundamental é aproximar a população dos órgãos executivos e das decisões para o concelho.-----

-----O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que esta proposta apresentada em conjunto



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

pelos deputados independentes e pelo CDS, é de ser aprovada, e que a câmara ainda tem dez meses para analisar e a adaptar ao orçamento. Disse ainda, que «o foco desta iniciativa é de toda a pertinência como atesta a nossa iniciativa de Dezembro último, reprovada pelo voto de qualidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após a abstenção do Sr. Deputado do CDS/PP Marco Martins, numa menos feliz encenação de imediato publicitada no diário de notícias pelo Sr. Vereador Rafael. Esta proposta além de reeditar a proposta anterior dos deputados independentes, reforçando o mérito destes e da iniciativa, antecipa já o desfecho desta proposta de recomendação, pois já anexa como parte integrante “As normas de participação”, as quais só têm efetividade se a Câmara Municipal onde está os Sr. Vereadores, nomeadamente do CDS/PP aprovar esta recomendação. Em suma, uma boa proposta, com plágio mal feito pois refere “para a sua Cidade...” e CDS/PP “Ribeira Brava” surge rasurada e manuscrita, como ainda excede-se na amplitude de iniciativa e competência com mais um “copy past” de qualquer localidade com orçamento participativo anexando “As normas de participação”. Diria que politicamente esta iniciativa do CDS/PP é profícua mas triste, pouco dignificante e hilariante, fazendo lembrar uma referência da comédia Portuguesa, Vasco Santana, que ficou celebrizado ao proferir no filme o “leão da Estrela” cito “Chapéus há muitos, Seu palerma”.»-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD, disse que a realidade do Funchal não deve ser aplicada à da Ribeira Brava, e que é preferível ter uma vila forte do que uma fraca cidade. Acrescentou ainda que a vereação foi eleita com base num programa apresentado e desde a sua eleição tem havido sempre abertura deste executivo camarário para ouvir a população.-----

-----O deputado Marco Martins do CDS disse que «as atitudes ficam para quem as pratica», e que foi coerente com aquilo que votou anteriormente e que esta proposta vai de encontro a uma lei que já é praticada noutros lugares. Este orçamento participativo dá poder à população para decidir sobre uma parte do orçamento e que a diferença entre dar o voto decisório à população da Ribeira Brava e a do Funchal é de igual importância.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou «qual a diferença do propósito desta recomendação em relação à última apresentada e que foi chumbada».-----

-----O deputado Marco Martins do CDS disse que a proposta apresentada embora seja um «copy past» do orçamento participativo da Câmara do Funchal, o importante é ter uma base de discussão e dar poder ao povo.-

-----Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, registando doze votos contra do PSD.-----

-----O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, agradeceu a confiança dos deputados que votaram favoravelmente e que é uma proposta que a câmara irá decidir se irá executar. O CDS tudo fará para que seja aplicada. -----

-----O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou que «esta é uma recomendação recomendada e que foi chumbada anteriormente, só merece a nossa aprovação, é preciso chamar mais a



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

população a participar nas decisões no Município e a proposta do orçamento participativo tem esse objetivo.»-

-----Foi lida a minuta das deliberações referente à presente sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Colocada à votação, a minuta das deliberações, foi aprovada por unanimidade.-----

-----Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezanove horas e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Teresa Maria da Côrte Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia

(Horácio Ramos Ferreira)

A Primeira Secretária

(Teresa Maria da Côrte Gonçalves)

A Segunda Secretária

(Catarina Jesus Silva Almeida)